



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

LEI Nº 2.169

Data: 3 de novembro de 2025.

Súmula: : “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2026 a 2029 e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Guaratuba aprovou e eu, Prefeito do Município de Guaratuba, Estado do Paraná, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026 a 2029, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal e no §1º do art. 121 da Lei Orgânica do Município de Guaratuba, que estabelece para o período as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma do Anexo a esta Lei.

Art. 2º O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º O PPA 2026-2029 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º O PPA 2026-2029 terá como diretrizes:

I - A garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero;

II - A ampliação da participação social;

III - A promoção da sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômicosocial;

IV - A valorização da diversidade cultural e da identidade regional;



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

V - A excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços públicos à sociedade;

VI - O aumento da eficiência dos gastos públicos;

VII - O crescimento econômico sustentável; e,

VIII - O estímulo e a valorização da educação, cultura e turismo.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º O PPA 2026–2029 organiza a atuação governamental por meio de Programas e Ações (Atividades e Projetos), estruturados da seguinte forma:

I – Atividades: ações destinadas à manutenção e funcionamento da administração pública, sem caráter de investimento direto;

II – Projetos: ações com prazo determinado, voltadas à ampliação, melhoria ou criação de bens e serviços públicos.

Art. 6º Os Programas e ações com suas Atividades e Projetos serão compostos por Objetivos, Órgão Responsável, Meta, Indicadores e Valor Global.

I - O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de iniciativas;

II - Órgão Responsável: órgão cujas atribuições contribuem para a implementação do Objetivo;

III - Meta: medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa, indicada por sua propriedade social, econômica ou ambiental;

IV - O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa ou Ação com suas Atividade ou Projetos, auxiliando o seu monitoramento e avaliação; e,

V - O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos.

Art. 7º Integram o PPA 2026-2029 os seguintes anexos:

I - Anexo I - Estimativa da receita para o período 2026 a 2029;



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

II - Anexo II - Programas e ações com suas Atividades e Projetos por órgão de Governo, com suas respectivas Meta, Objetivos, Indicadores e Valor Global.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA

Art. 8º Os Programas constantes do PPA 2026-2029 serão fixados orçamentariamente nas leis orçamentárias anuais e nas leis de créditos adicionais.

§ 1º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º Nos Programas e Ações, cada ação orçamentária estará vinculada ao alcance de seus objetivos.

§ 3º Nos Projetos, cada ação orçamentária estará vinculada ao alcance de seus objetivos.

Art. 9º O Valor Global dos Programas e Ações, as Metas e os enunciados dos Objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

Art. 10. Os projetos plurianuais com Valor Global inferior ao necessário à sua execução, deverão ser complementados com recursos provenientes de transferências voluntárias. A inclusão no orçamento se dará após a assinatura dos instrumentos administrativos correspondentes.

Art. 11. Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2026-2029 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4º. desta Lei para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 12. A gestão do PPA 2026-2029 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

I - Dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;

II - Dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2026-2029;



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

III - O planejamento de políticas públicas em busca do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável ao Município.

Art. 13. A gestão do PPA 2026-2029 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos Programas e Ações.

Seção II

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 14. O monitoramento do PPA 2026-2029 é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa e Ação com suas Atividades e Projetos e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração municipal.

Art. 15. A avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos Programas e Ações com suas Atividades e Projetos com seus respectivos indicadores, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2026 a 2029, está incluído no Valor Global dos Programas e Ações com suas Atividades e Projetos.

Parágrafo Único. A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os Programas e Ações com suas Atividades e Projetos de que trata o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 17. Considera-se revisão do PPA-2026-2029 a inclusão, exclusão ou a alteração de Programas.

§ 1º A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programas e Ações deverão conter os respectivos indicadores.

§ 3º Considera-se alteração de Programas e Ações com suas Atividades e Projetos a inclusão, exclusão ou a alteração de Objetivos, Iniciativas e Metas.

§ 4º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I - Justificar a alteração, exclusão ou inclusão de Metas;

II - Alterar o Valor Global do Programas e Ações com suas Atividades ou Projetos;

III - Adequar as vinculações entre ações orçamentárias; e,

IV - Incluir, excluir ou alterar Metas;

§ 5º O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I - Indicador;

II - Valor Global;

III - Meta de caráter qualitativo, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária;

IV - Órgão Responsável; e,

V - Iniciativa sem financiamento orçamentário.

§ 6º As modificações efetuadas nos termos dos §§ 4º e 5º deverão ser devidamente justificadas nos anexos das leis orçamentárias: lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 18. O Poder Executivo regulamentará, por decreto, os dispositivos desta Lei, no que couber, para garantir sua plena execução.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Guaratuba, aos 3 de novembro de 2.025.

MAURICIO LENSE
Prefeito

PLE nº 1681/25
Of. Nº 105/25 CMG de 28/10/25